

boletim Evolutionário

Núm. 3, 2ª Série
1º Quadrimestre 2012

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas

Os instrumentos da guerra oculta

Também neste número:

Dois direitos

**Espiritualidade
da Montanha**

**A raça como
construtora de
líderes**

**Virilidade e
homossexualidade**

Proibir o pensar



Editorial

O Homem da Tradição



Saiu recentemente do prelo uma obra essencial do pensamento Tradicional. Quando de um fôlego acabei de ler o livro de Eduard Alcántara sentei-me à frente do monitor e enviei-lhe uma mensagem:

Caro Eduard,

O livro tem as características que quanto a mim são necessárias para fazer dele uma espécie de guia de vida... tradicional (pois há aqueles outros livros que em maior ou menor escala são entretenimento). É um livro pequeno, muito bem sintetizado, com temas bem escolhidos e um "índice" com brilhantes citações que nos indica vários autores e mestres

da Tradição. Não esquecendo as brilhantes inclusões de Nietzsche.

Parabéns, pois escreveste um livro intemporal.

Quando se está a ler este livro vêm-nos à memória outras obras que já lemos, e que aqui estão vertidas, seja nas suas próprias citações, seja na pena iluminada de Alcántara que nos faz sentir uma espécie de maravilhoso *déjà-vu*.

Ficamos com a sensação que todo o "supérfluo" foi propositadamente deixado por escrever sem que no entanto o transporte mental para outros clássicos tradicionais não se deixe de fazer.

Quando participamos num curso de escalada, sobrevivência, ou algo do género, em que utilizamos uma corda e aprendemos a fazer uns quantos nós, verificamos que depois na prática, e sobretudo se esta mesma prática se tornar esporádica, só retemos uma pequena parte do que aprendemos porque na realidade acabamos por utilizar uma meia dúzia desses nós, os quais acabam por ser suficientes. Em certa medida porque com o essencial se consegue sempre improvisar e viver, ao contrário do acessório que tem sobretudo um carácter mais específico.

É assim este manual de Alcántara, uma verdadeira estrela polar que serve de guia ao nosso legionário tal como o *bushido* foi o caminho para o samurai.

Conhecemos ("virtualmente") Eduard há já alguns anos, lemos os seus escritos e vários deles têm sido aqui reproduzidos. Ainda me parece impressionante o grau de amizade, camaradagem e mesmo familiaridade que se consegue com determinadas pessoas mesmo não as conhecendo pessoalmente.

Eduard tem sido um amigo, um camarada, um irmão. Trocamos impressões, confidenciamos, e algumas coisas, ditas em duas ou três frases, foram de seguida transformadas por ele em textos magistrais



Na capa: pormenor de "Batalha contra as serpentes", de Arno Breker (extraído da edição francesa de "Fenomenologia da Subversão")

ÍNDICE

Editorial	2
Dois direitos	3
Virilidade e homossexualidade	6
A raça como construtora de líderes	8
Os instrumentos da guerra oculta	10
Espiritualidade da Montanha	15
Proibir o pensar...	19

FICHA TÉCNICA

Número 3 (2ª Série)

1º quadrimestre 2012

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu
www.legiaovertical.blogspot.com

Contacto:

legiaovertical@gmail.com

do pensamento Tradicional. Recordamos por exemplo o texto *Ordem vs. Partido*.

A um homem assim, com grandes qualidades, não lhe faltarão convites para se juntar a várias organizações; nós também lhe lançamos “a rede” sem engodo, claro está, porque jogamos limpo, sobretudo com os nossos amigos. Eduard declinou o convite e a nossa amizade saiu reforçada. Ele tem sabido, com uma serena altivez, cavalgar o tigre e prefere fazê-lo sozinho usando do controlo sobre a sua autonomia.

Como te entendemos amigo, como te entendemos!

Recordamos aqui aquela frase do mestre Evola: *Só me permito aquilo a que posso renunciar*.

Ainda sobre o autocontrolo como uma das premissas para a auto-superação, dizia-nos Nietzsche: *Os homens mais espiritualizados, sendo os mais fortes, encontram a sua felicidade onde os outros encontrariam a sua destruição: no labirinto, na dificuldade contra si mesmos e os outros, em experimentos. A sua alegria está na autoconquista: o ascetismo é para eles uma necessidade, instinto, é a sua natureza*.

Terminamos com uma citação retirada deste seu livro: *A verdadeira paz não consiste em não combater, mas sim em vencer: OS VENCIDOS JÁ NÃO COMBATEM*.

Doutrina

Dois direitos

Julius Evola

Em 1948 uma comissão especial da ONU apresentou, como resultado dos seus trabalhos, uma espécie de Carta na qual se definia a concepção de direito. Uma vez aprovada, e obtido o seu reconhecimento também nos ambientes católicos, a mesma sancionava em maior ou menor medida as ideias do denominado “direito natural”, com um lugar destacado para os princípios jacobinos de '89 e para os da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, fixando desse modo a base universal para a democracia. Com a mesma, era também convalidada a famosa “ideologia de Nuremberga”, isto é, aquela farsa jurídica macabra com a qual, em desprezo de toda a tradição de honra militar, anteriormente existente, os vencedores unilateralmente constituíram-se em juizes dos vencidos, baseando-se em princípios apenas por eles elaborados e com validade retroactiva e imposta sem fronteiras.

Com efeito, este é um dos aspectos fundamentais do denominado direito “natural” em oposição ao denominado “direito positivo” ou “político”. O fim último de tal doutrina (o “jusnaturalismo”), a qual tem assumido um papel relevante em todas as ideologias subversivas modernas, é este: para o justo e o injusto, para o lícito e o ilícito existem princípios imutáveis e congénitos à natureza humana, de carácter universal, os quais a denominada “recta razão” poderá sempre reconhecer de maneira directa. O ponto essencial é atribuir ao conjunto destes princípios uma validade e dignidade superiores, fazê-los valer tanto em termos de direito quanto em termos de moral. Estes teriam uma autoridade e uma força intimamente imperativa que o “direito positivo”, ou seja, as leis concretas que regem todo o Estado e toda a sociedade organizada, não possui já que estas leis se baseariam na simples necessidade ou na coerção, não teriam um crisma superior e

deveriam ser simplesmente medidas, na sua legitimidade, justamente na base do “direito natural” do homem.

Falamos de um uso subversivo deste direito, na medida em que é evidente que, com base no mesmo, pode formular-se uma acusação ao Estado, podem-se sancionar rebeliões, contestações e desobediências de indivíduos e de multidões, sem excluir a “objecção de consciência” e posturas análogas, por um lado, e por outro, chegando-se à mencionada “ideologia de Nuremberga” e à pretensão de constituir um tribunal universal democrático ao qual todo o Estado deve submeter-se, renunciando assim àquilo que constitui a sua essência, ou seja, a sua soberania. Os ataques múltiplos, hoje tão frequentes, contra um ou outro regime reputado de “fascista”, com ingerência nos assuntos internos de outros países (ao passo que, de modo geral, não se pronuncia uma palavra quando se trata de regimes marxistas), procedem evidentemente de pressupostos semelhantes.

Mediante tudo isto, podemos fazer uma série de considerações.

Por um lado, o tal “direito natural” não é mais do que uma abstracção, a qual resulta historicamente do facto de após séculos de controvérsias jurídico-filosóficas ninguém poder definir de modo exacto e inequívoco a “natureza humana”, no singular, a *naturalis ratio* e o critério objectivo para julgar aquilo que se encontra realmente em conformidade com essa mesma natureza, a qual seria congénita como se se tratasse de uma herança sagrada. Na sua ausência, pode fazer-se referência apenas a alguns princípios elementares tidos como necessários, de modo a tornar possível a vida social. Porém, nesta referência não está presente a “transcendência” do direito natural e a pretensão de uma dignidade superior, pois aparecem-nos então como evidentes um conjunto de condicionamentos históricos, para além de que (sobre este ponto essencial voltaremos de seguida) para a “vida

COMO COMPRAR?

Este livro pode ser adquirido através do editor:

Ediciones Camzo

www.edicionescamzo.blogspot.com

edicionescamzo@yahoo.es

“O ponto fundamental é este: onde quer que se fale de direito natural (...) encontram-se certos princípios que são intrínsecos não à natureza humana em geral, mas sim a uma determinada natureza humana e tomam como pressuposto não todo o tipo possível de sociedade, mas sim um determinado tipo de sociedade (...) o seu presumível carácter ético e quase sagrado (...) não é senão pura mitologia.”

social” são concebíveis formas bastante diferentes. Deste modo, quando do abstracto se passou para o concreto, o direito natural, de acordo com os autores e as épocas, viu-se agregado a diferentes princípios. Por exemplo, é bem ilustrativo o facto de na Antiguidade ter havido quem tivesse querido associar a escravatura ao leque de princípios do direito natural.

Poderá ser interessante um exemplo histórico sobre as origens do “direito natural”. A Coroa britânica foi reconhecendo paulatinamente uma série de direitos aos cidadãos no plano puramente político, após alguns conflitos e diferentes circunstâncias locais. Estes direitos foram “absolutizados” por filósofos como Locke e na própria Declaração de Independência norte-americana, tendo sido esquecida a sua origem empírica e política; foram assim transformados em “direitos naturais” autónomos e superiores a qualquer sociedade política, inalienáveis e conferidos nada menos que por Deus a toda a criatura humana.

No entanto o ponto fundamental é este: onde quer que se fale de direito natural encontra-se, apesar de tudo, um certo denominador comum, encontram-se certos princípios que, além do mais, são intrínsecos não à natureza humana em geral, mas sim a uma determinada natureza humana e tomam como pressuposto não todo o tipo possível de sociedade, mas sim um determinado tipo de sociedade. Dito de outro modo, não se trata do direito em singular, mas sim de um direito, da concepção especial que do direito tiveram (e têm) um determinado tipo de sociedade e um determinado tipo humano. Tudo o resto, o seu presumível carácter ético e quase sagrado, a sua

correspondência a nada menos que à “lei divina impressa no coração dos homens”, o seu ser normativo em si mesmo, não é senão pura mitologia (um marxista diria que é uma superestrutura); é um aparato especulativo ao serviço de quem defende e procura fazer prevalecer uma determinada mentalidade e um determinado ideal de vida associado, isto é, os que conferem um carácter essencial à democracia e ao igualitarismo democrático.

Contudo, não devemos ficar por aqui: é preciso ir mais longe e rastrear a origem ou a genealogia deste direito.

Para isso, devemos remeter-nos a tempos remotos e a uma morfologia das civilizações, utilizando concepções tais como as formuladas pelo suíço J. J. Bachofen, estudioso genial do direito, dos mitos e das tradições antigas, contemporâneo de Nietzsche e de Burckhardt. A “constante” de toda a teoria jusnaturalista encontra-se na igualdade e na indiscriminada, inata e intangível liberdade atribuída a todo o ser humano, e mais ainda, segundo alguns escritores antigos, a todo o ser vivo. Todos os homens são iguais e irmãos. Toda a autoridade é violência, as leis políticas positivas foram já denominadas *magis violentiae quam leges*. Em rigor, o corolário seria uma concepção comunista da propriedade, a *communis omnium possessio*, na medida que é igual o direito dos iguais.

Tudo isto tem um fundo cultural e religioso muito preciso, que é a concepção “matriarcal” do mundo e da vida. “Matriarcal” aqui deve ser entendido não no sentido literal material, mas sim no sentido generalizado. Trata-se das civilizações que conceberam o supremo princípio do

universo numa divindade feminina materna, sobretudo na Mãe Terra, *Magna Mater*. Perante a Mãe geradora, todos os seres são iguais. A sua lei não conhece exclusivismos ou diferenças, o seu amor ultrapassa todos os limites, a sua soberania não admite que o sujeito se arrogue um direito particular sobre aquilo que por natureza pertence colectivamente a todos os seres. A qualidade de “filho da Mãe” assegura uma intangibilidade e direitos iguais a cada um. A igualdade é acompanhada da intangibilidade física e no conjunto vem definido como “conforme à natureza” um ideal fraterno-social e promíscuo da vida organizada. As origens podem estar esquecidas, este fundo religioso com a primazia do princípio feminino-materno e ctónico (isto é, vinculado à Terra) pode ter-se tornado totalmente invisível e ainda assim subsistir como um espírito e um *ethos* bem determinados, como uma conformação interna: o que se vincula justamente com o facto de se fazerem valer por si mesmos, em abstracto, os princípios do direito natural.

Este, além do mais, segundo esta perspectiva parece corresponder tão só àquilo que resulta de uma determinada linha espiritual e, se assim o podemos dizer, a uma determinada “raça interior”. Bachofen indicou a existência, já nas origens, de uma orientação oposta, de uma concepção “paterna”, base, por sua vez, de outro direito, de outro ideal de sociedade, de outro *ethos*, tendo como pano de fundo uma outra concepção religiosa: mitologicamente, a primazia é atribuída às divindades masculinas paternas da luz e do céu luminoso (em especial nas civilizações de origem indo-europeia) face às divindades femininas-maternas da terra e do próprio céu. Às primeiras divindades, urânicas e olímpicas, foi-lhes atribuído o mundo concebido como *kosmos* e *ordo*, isto é, como um todo ordenado e bem articulado que tem o seu reflexo numa concepção não menos articulada, orgânica e hierárquica da sociedade assim como do direito (vincula-se aqui o clássico dito *suum cuique*); podemos dizer que a mesma funda o princípio e o direito do verdadeiro Estado, em oposição a uma simples sociedade naturalista. Bachofen demonstrou também que nas grandes civilizações antigas

baseadas no direito viril, no que com Vico se poderia chamar “o direito natural dos povos heróicos”, e de forma notória na civilização romana, o direito promíscuo próprio de outro tipo de civilização não subsistiu excepto nos estratos inferiores, na plebe. Assim, é significativo que em Roma uma antiga designação da plebe tenha sido justamente a de “filhos da Terra”, que os cultos predominantes da plebe foram de divindades femininas e que se fez sempre alusão às mesmas nas sublevações contra as *malignae leges*, isto é, contra as formas do direito positivo político e patricio. Apenas com o derrube e a decadência da antiga romanidade aristocrática este substrato voltou a emergir e passou quase à contra-ofensiva e é sob tal perspectiva que se deve ver a génese do “direito natural” tal como foi professado por vários juristas, inclusivamente Ulpiano, no período tardio de decadência universalista do Império. Sob vários pontos de vista o cristianismo contribuiu para esta acção, dando um crisma religioso ao princípio da igualdade de todos os homens, princípio que demasiado facilmente, a partir do plano teológico (igualdade de todos perante Deus ou o Absoluto) se fez valer absurdamente no plano social.

Considerando os desenvolvimentos sucessivos no sentido de uma secularização, deste modo se chegou ao “direito natural” do qual se começou a falar em especial a partir do século XVII e ao qual se remete a democracia moderna, que o converteu numa coisa sagrada, intangível e originária por um lado e, por outro, como uma conquista do progresso humano.

Neste sentido, se considerarmos o que aqui foi exposto, ainda que de forma sumária (noutras oportunidades referimo-nos de forma mais desenvolvida a esta ordem de ideias), devemos reconhecer que a verdade é justamente a oposta: trata-se de um fenómeno regressivo. A



Johann Jakob Bachofen (1815 – 1887)

ideologia democrática, a revalorização do “direito natural” face a qualquer lei política articulada, o presumível humanismo que converte em fetiche uma liberdade indiscriminada e tudo o resto, até à Carta formulada pelos juristas da ONU, que pretende ter um valor supranacional mundial, à qual se fez referência no início deste artigo, não são senão os sinais indicativos de uma involução, da emergência e do predomínio do homem de uma determinada raça

interior, paralelamente com o declínio de um tipo humano superior com os seus símbolos e o seu direito.

A crise do mundo tradicional propiciou a revivescência, ainda que secularizada, de um substrato de fundo “matriarcal”, naturalista e plebeu, à custa do princípio presente no símbolo paterno, que subsistiu nas maiores civilizações dinásticas europeias de “direito divino”, com o ideal da autoridade e da hierarquia, fundamento do verdadeiro Estado. Muitas são as variedades do fenómeno: democracia, massa, “povo”, “nação”, societarismo e socialismo, comunidade de sangue e de etnia em função antitética em relação a tudo o que é Estado, e assim sucessivamente. O comunismo constitui o termo final de tal regressão. É significativa a forma como os distintos filósofos marxistas da história, come-

çando pelo próprio Engels, remetendo-se também, ainda que de maneira obtusa e unilateral, às teorias de Morgan e do próprio Bachofen, falam de uma fase matriarcal comunista das origens, absurdamente generalizada por eles e nela viram quase o estado normal que o regime de propriedade privada e tudo o resto destruiu violentamente. Trata-se pois do “jusnaturalismo” em estado puro.

– II *Conciliatore*, Janeiro/1969

“A ideologia democrática, a revalorização do «direito natural» face a qualquer lei política articulada, o presumível humanismo que converte em fetiche uma liberdade indiscriminada e tudo o resto, até à Carta formulada pelos juristas da ONU (...) não são senão os sinais indicativos de uma involução, da emergência e do predomínio do homem de uma determinada raça interior, paralelamente com o declínio de um tipo humano superior com os seus símbolos e o seu direito.”

Análise

Virilidade e homossexualidade

Eduard Alcántara

Um dos muitos sintomas definidores do quão doente se encontra esta civilização que conhecemos com o termo de Ocidental é o do aumento vertiginoso da percentagem de casos de homossexualidade de que ela, neste momento, padece.

É notório que nem a divindade nem a natureza criaram o homem e a mulher para que se “entretivessem” com os do seu próprio sexo, mas sim para que buscassem o seu complemento no sexo oposto, fazendo disso a fonte da procriação e, portanto, da própria existência da espécie.

O que é que motiva tantos dos nossos congéneres a sair do curso normal pelo qual correm as leis da natureza? Onde podemos encontrar o porquê de tal comportamento antinatural?

O caso de Espanha é paradigmático: nas últimas décadas passámos de casos quase anedóticos a percentagens que começam a alarmar. Mas, repetimos a questão: onde podemos encontrar as causas de tamanho desvio contranatura?

Pois bem, a resposta encontrá-las-emos analisando os valores que prevalecem nesta etapa crepuscular do já de si corrosivo Mundo Moderno pelo qual o homem actual transita, ou, mais correctamente, vegeta. Trata-se de valores que já noutras épocas, como na do judeo-cristianismo das origens, receberam um forte impulso. Falamos do humanitarismo frouxo e pusilânime e de uma concepção diminuidora da humildade que desembocam na passividade, no abandono e na negligência e que são irreconciliavelmente contrários ao voluntarioso, ao valoroso, ao grande, ao épico, ao heróico, ao glorioso e, em resumo, ao *viril*.

Noutras épocas não tão decadentes como a actual, o arquétipo a seguir era o herói semidivino dos mitos, era o líder indómito, era o intrépido navegante, era o atrevido explorador, era o valente conquistador, era o heróico guerreiro, era o cavaleiro andante ou era o esforçado descobridor. A criança, o adolescente e o jovem faziam deles os seus modelos a imitar e reforçavam a sua já inata condição viril. Como estes eram os exemplos a seguir,

“Noutras épocas não tão decadentes como a actual, o arquétipo a seguir era o herói semidivino dos mitos, era o líder indómito, era o intrépido navegante, era o atrevido explorador, era o valente conquistador, era o heróico guerreiro, era o cavaleiro andante ou era o esforçado descobridor (...) Hoje em dia (...) estes arquétipos foram substituídos pelos antitéticos do especulador enriquecido pelo «lucro rápido» bolsista ou financeiro, do político sem escrúpulos nem princípios éticos (...), da estrela de rock ou do actor de cinema de gestos e palavras repugnantes e soezes, do personagem de desenhos animados desbocado e obsceno ou do cantor pop de movimentos e trajas efeminados.”

aqueles infantes e púberes que por natureza poderiam ter os atributos da masculinidade um pouco ténues, iam-na paulatinamente acrescentando, reforçando e consolidando definitivamente.

Infelizmente, hoje em dia, nas sociedades demo-liberais e plutocráticas em que “vivemos”, estes arquétipos foram substituídos pelos antitéticos do especulador enriquecido pelo “lucro rápido” bolsista ou financeiro, do político sem escrúpulos nem princípios éticos que por meio de todo o tipo de corruptelas alcança o topo do poder, da estrela de rock ou do actor de cinema de gestos e palavras repugnantes e soezes, do personagem de desenhos animados desbocado e obsceno ou do cantor pop de movimentos e trajas efeminados.

Outros modelos com os quais as crianças e os adolescentes se deparam quotidianamente são constituídos por toda a plêiade de efeminados e/ou homossexuais de todo o tipo e aspecto que dominam uma multidão de programas televisivos de “entretenimento”, quer como apresentadores, quer como pessoal habitual ou convidado. Tal abundância provocará o efeito de que o jovem, e o não tão jovem, considere, paulatinamente, esta degeneração não como tal mas sim como uma opção tão natural como outra qualquer. E para estabelecer esta perturbada per-

cepção contribuirá também de forma nada desdenhável uma “adequada” campanha “educativa”, orquestrada e dirigida a partir das mais altas instâncias “educativas” ao longo das diferentes etapas do sistema de “ensino”. Muitos jovens acabarão, como consequência, por assimilar a ideia de que experimentar sexualmente com pessoas do mesmo sexo não tem nada de anormal...

Seguindo a linha traçada pelos modelos a oferecer aos pequenos e aos imberbes parece-nos horripilante o simples facto de se pensar que casais de gays e lésbicas possam adoptar crianças, pois se não queremos fazer do pequeno um ser perturbado, neurótico e esquizofrénico não podemos privá-lo da experiência vital e crucial que resulta da convivência com os dois diferentes papéis adultos que devem ser representados, como é óbvio, por um homem e por uma mulher.

O igualitarismo é outro dos atributos de que o nosso mundo demoburguês faz gala. Pois bem, esta chaga não só estende os seus corrosivos tentáculos pelos âmbitos filosóficos, políticos ou sociais do Ocidente, como também distorce e desnaturaliza comportamentos, hábitos, práticas e costumes. Faz com que homens e mulheres trabalhem de maneira igual em casa e fora dela ou se vistam de forma muito parecida, diluindo-se os papéis que,

inerentemente, deveriam ser próprios do homem, por um lado, e da mulher, por outro. O veneno igualitário faz com que os papéis que por lei natural corresponderiam a cada sexo se vão diluindo numa nebulosa que confundirá, e confunde, a criança e o adolescente e o deixa sem referências a seguir para fixar, reforçar e consolidar as qualidades que lhe são inatas segundo o sexo a que pertence. É bem verdade a expressão “o hábito faz o monge”, e é digno de observar como algumas das actuais modas no vestir podem chegar a afectar as qualidades viris no homem e as femininas na mulher. Senão contemple-se o modo como aquela criança activa e audaz chegou à adolescência e inundado de imagens e anúncios publicitários começou a vestir, por exemplo, à maneira “funky”, com camisas de rapariga justas, com calças ridiculamente largas colocando-as pela metade das nádegas e com carteiras ou bolsas circundando-lhe o tronco na diagonal. As roupas do rapaz não se diferenciavam em nada das da juvenzinha “funky”. Pouco a pouco, os gestos, as maneiras, os movimentos e até o caminhar do jovem começaram a parecer-nos cada vez mais os da rapariguinha.

O que foi acontecendo posteriormente ao nosso rapaz não é difícil de imaginar. Deixou, cada vez mais, de identificar-se com o papel de homem que, por nascimento, lhe correspondia e, seguramente, chegou um momento no qual se lhe tornou indiferente relacionar-se afectiva, sentimental e/ou sexualmente com congêneres do sexo oposto ou com os do seu próprio sexo. E daqui a sentir-se cada vez mais feminino e optar pelo exclusivismo homossexual é apenas um passo. Passo que talvez seja dado por experiências sexuais com outros homens, pois não devemos esquecer que o mundo hedonista no qual nos encontramos inseridos promove a busca do prazer físico e da satisfação da libido a todo o custo, como fim em si mesmo e de qualquer modo, por muito degradado, aberrante, doentio e antinatural que este possa ser.

E contra esta concepção hedonista, positivista e materialista da vida, outras etapas não deletérias da história da humanidade apresentavam arquétipos como o do governante austero ao serviço da sua comunidade ou como o do asceta que focava a sua vida na realização de fins Superiores, na consecução, no seu interior, do



“Orgulho gay”: algo perfeitamente normal?

Conhecimento Transcendente e/ou da Iluminação Metafísica.

Já Freud se encarregou, através da psicanálise, de dar uma boa capa pseudo-científico-filosófica ao Mundo Moderno ao elevar aos altares todo o inquietante inframundo que habita no subconsciente humano e ao convertê-lo no motor oculto da nossa vida consciente. Apresentando-nos os impulsos libidinosos como a base do nosso agir em estado de vigília. Justificando a homossexualidade como o surgimento do que, segundo o autor judeu, foi apenas uma etapa pela qual a pessoa passou quando era ainda uma criança: etapa na qual, no caso do homem, desejava sexualmente o seu pai e que no caso da rapariga a levava a focar a satisfação da sua libido na sua mãe. Acabando assim Freud por atribuir carácter de normalidade ao que não é mais do que um desvio degenerativo daquilo que é a condição natural não só do género humano mas de qualquer ser vivo. E se falamos de desvio falamos de tara; de tara adquirida. Quão absurdas são as celebrações, ano após ano, do “dia do orgulho gay”! Orgulho de quê? De ostentar uma tara? Com que objectivo se realizam estas demonstrações públicas? Com fins propagandísticos para que aumente o número de tarados? Que fique bem claro que estamos a falar de um desvio adquirido, não genético, já que os casos nos quais a homossexualidade pode constituir uma tendência inata

são percentualmente insignificantes, ridículos e são, e eram, sanáveis, como já mencionamos alguns parágrafos acima, numa sociedade não doente na qual os exemplos a seguir fossem, e foram, outros que se encontram nos antípodas dos actuais.

Pretendem fazer-nos acreditar em coisas impossíveis de acreditar transmitindo-nos a ideia de que os homossexuais são gente normal? Pretende-se que acreditemos nisso depois de contemplar, por exemplo, quão “normais” são as suas manifestações? Depois de observar o lamentável, grotesco, carnavalesco, estúpido e vergonhoso exibicionismo de que, em ditos eventos públicos, faz gala uma percentagem esmagadora deles? Depois de sabermos que se dedicam à prostituição numa proporção muito maior que os heterossexuais de ambos os sexos? De que vejamos como tantos deles se identificam com o grotesco: desfrutam com o transformismo, disfarçam-se de “drag queens”?... De que não ignoremos quantos deles optam pelo travestismo; tão associado, por outro lado, com o mundo da prostituição? De que observemos como muitos deles decidem destruir e inverter a obra e as leis da natureza e acabam sendo transexuais? De que não ignoremos que os casos de pederastia são muito mais frequentes entre homossexuais que entre heterossexuais? De que saibamos da promiscuidade sem limites que levam a cabo? De que não desconhecamos que o número de suicídios e crimes, frequentemente por motivos passionais, cometidos por eles é, percentualmente, significativamente mais elevado que os perpetrados pelo resto da população?¹

Tudo muito normal, não é verdade?

1. O americano Edward R. Fields, director da revista “The Truth at Last”, no seu artigo intitulado “É a homossexualidade uma actividade normal?” reúne um estudo realizado pelo Dr. P. Cameron no qual nos proporciona uns dados bem significativos: entre os gays o suicídio é cometido 25 vezes mais que entre os heterossexuais, enquanto que, além disso, sofrem 102 vezes mais possibilidades de ser assassinados, geralmente também às mãos de outros gays. 21% das lésbicas morrem por assassinato, suicídio ou acidente, o que representa uma média 534 vezes maior que entre as mulheres brancas heterossexuais de idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Nota: uma leitura completa do artigo de Edward R. Fields pode realizar-se consultando o CD-ROM “A censura da democracia – Vol. I”.

Doutrina

A raça como construtora de líderes

Julius Evola

No nosso último artigo no *Diorama* colocamos o problema se, para além das aplicações gerais de higiene social e nacional e além de, naturalmente a defesa da estirpe contra a mestiçagem e a hibridização, a doutrina da raça se deveria limitar a ser uma questão de “ensino”, ou se, entre nós, mais cedo ou mais tarde deveria presidir a uma verdadeira “educação”, com tarefas especiais de ordem espiritual e política com respeito a um certo número de elementos qualificados. Por outras palavras, deve colocar-se a questão se, entre nós, face a exigências análogas, não se deve dar início a tentativas, como aquelas que no nacional-socialismo germânico, apesar do carácter mais recente de tal movimento face ao fascismo italiano, já tomaram forma concreta com a criação das *Adolf Hitler Schule*, dos *Cadetes da Ordem (Ordensburgen)*, do corpo das SS com as suas escolas de Líderes e com a *National politische Hermeuhunganstalt*. Em todas estas instituições germânicas se revela, de facto, de variadas formas, a intenção precisa de proceder a uma selecção política, em função da qual o elemento racista deve ter um papel fundamental e o valor de uma verdadeira e autêntica força formativa.

A futura classe dirigente

Em geral, é preciso reconhecer que para movimentos de carácter renovador o problema da futura classe dirigente é um dos mais importantes: ele pode ser descurado nas primeiras fases da luta pela conquista do poder e de consolidação contra os inimigos externos, mas numa segunda fase deve ser abordado de modo a garantir a continuidade e estabilidade do organismo que a aparição de “homens do destino” criou. Longe de se confinar no âmbito de um dos vários ramos do ensino ou de se esgotar em formas vagas culturais e propagandísticas, a doutrina da raça deve pois contribuir para a realização

“A elite em questão, tendo como base o seu instinto fascista e a sua consciência de «raça», deveria controlar tudo o que, na cultura italiana, está relacionado, directa ou indirectamente, com os princípios que condicionam a renovação fascista e que estão na base do seu desenvolvimento superior.”

de tal tarefa. Naturalmente, o pressuposto, aqui, é que tal doutrina seja compreendida totalitariamente, ou seja, não apenas limitada às esferas biológica e antropológica (“racismo de primeiro grau”), mas levada também a considerar a raça como uma realidade da alma, do carácter e do estilo de vida, e, finalmente, a raça como “visão do mundo” e raça do espírito (“racismo de segundo e terceiro grau”).

Todo o tipo de indiscriminada mescla étnica é, por um lado, a consequência de uma sensibilidade interna degenerada e da tirania de considerações materialistas ou individualistico-sentimentais, e, por outro lado, é a causa de degeneração e dissolução do povo e da civilização; este facto deve ser dado como ponto assente. Na formação do novo grupo dirigente não devem por isso ser descuradas considerações precisas de “racismo de primeiro grau” e, certamente, no presente estado de coisas, sobretudo na Itália, não se pode excluir que a aparência física própria de uma dada raça seja acompanhada por qualidades de uma outra raça. Não se pode no entanto contestar que, excepto em casos excepcionais, quando a pesquisa e a subsequente selecção se restringem a um âmbito delimitado pela correspondência àquele tipo físico racista que para nós vale como superior – o nórdico-ariano – há maior probabilidade de encontrarmos qualidades espirituais correspondentes do que numa pesquisa ao acaso, que ignorasse esta tipologia racial física e desse sinal de uma hereditariedade e de uma origem, talvez enterrada, mas dificilmente completamente extinta, que uma relativa pureza de raça num

sentido físico e antropológico constitui. E também para os efeitos de uma acção de prestígio e de directa sugestão não se pode negar a vantagem que se alcança, se os chefes, os dirigentes, até fisicamente tiverem uma presença particularmente viril, apresentando-se, precisamente, no sentido comum da expressão, como “de bom sangue”, de “boa raça”, e não como pequenos homens de óculos, mal-formados; misturados.

Seleccção posterior

Identificado, por meio do racismo de primeiro grau, um dado âmbito e uma primeira selecção, por meio do racismo de segundo e de terceiro grau deve-se proceder a testes adicionais, numa exploração de qualidades mais profundas e essenciais do que aquelas da aparência exterior. É certo que uma característica definidora dos movimentos renovadores actuais é o seu anti-intelectualismo ou, se se preferir, o seu anti-racionalismo. Tais movimentos estão imbuídos de forças heróicas e activistas, irredutíveis à razão abstracta. Uma das tarefas decisivas para o nosso futuro será a de ligar os mitos de tais movimentos a um instinto do sangue. Queremos com isto dizer que certas ideias e fórmulas, que são hoje uma “força motriz” apenas na medida em que possuem um poder sugestivo sobre as massas nacionais, devem encontrar o caminho até algo que, pelo menos numa elite, seja raça e tradição no sentido mais profundo, de modo a diferenciar-se das fórmulas e dos mitos colectivistas que por vezes podem exercitar nas massas o mesmo poder, mas que estão em nega-

ção completa de tudo o que é estirpe, tradição, pátria.

Pensamos por isso numa selecção de segundo grau, a ser feita mediante um exame preciso e repetido da sensibilidade política, no seio de um grupo, que tenha já satisfeito as exigências do racismo físico. Tratar-se-ia de ver, aqui, até que ponto as ideias fundamentais da revolução fascista poderiam realmente falar ao sangue, de modo a traduzirem-se numa realidade mais profunda do que aquilo que resulta quer do raciocínio quer de uma adesão sentimental ou de um confuso entusiasmo. Àqueles que tenham demonstrado, através dos testes apropriados, uma adequada qualificação neste aspecto, que deverá ser desenvolvida e potenciada através das disciplinas apropriadas, devem ser confiadas posições de elevada importância política, com aquilo a que na Alemanha se chama “die Überwachung der national-socialistischen Weltanschauung” (supervisão da visão do mundo nacional-socialista). Tal como a Igreja organizou, no seu próprio domínio, um Santo Ofício com a missão de controlar tudo o que diz respeito à ortodoxia, também a elite em questão, tendo como base o seu instinto fascista e a sua consciência de “raça”, deveria controlar tudo o que, na cultura italiana, está relacionado, directa ou indirectamente, com os princípios que condicionam a renovação fascista e que estão na base do seu desenvolvimento superior. Uma das suas tarefas seria realizar a purificação ou recuperação cultural. Devemos garantir que, entre nós, tarefas de uma importância vital não se afundem no pântano burocrático e numa aplicação de medidas entendidas e seguidas à letra, mas não segundo o seu espírito, o qual num campo tão delicado e diferenciado constitui o essencial.

Por uma nova “ordem”

Na Alemanha a tentativa mais séria e concreta de criar uma elite é constituída pelo já mencionado corpo das SS (abreviatura de *Schutz Staffel*). É interessante que Heinrich Himmler, chefe deste corpo, a que se poderia chamar “Guarda e Ordem da revolução nazi”, é ao mesmo tempo chefe da Polícia Secreta de Estado (Gestapo), e outros chefes sob o seu comando desempenham funções análogas. E quer Himmler quer a sua organiza-

ção respondem única e directamente a Hitler. Vê-se, com isto, a exigência de que o conceito de “polícia” supere o âmbito restrito que lhe era próprio no antigo Estado democrático ou positivista, no qual ela tinha que lidar apenas com delinquentes e, no máximo, com subversivos no sentido mais restrito e directo da palavra. O novo Estado totalitário representa um organismo que deve defender-se não só das verdadeiras lesões, mas também de todo o tipo de infiltração subtil, de tudo aquilo que possa enfraquecê-lo e abrir o caminho à acção de micróbios e toxinas. O que é necessário, a este respeito, é uma acção não só defensiva, mas também preventiva e contra-ofensiva. Nesta ordem de coisas, apresentam-se tarefas que não têm simplesmente que ver com um ou outro parágrafo do código penal. Trata-se de uma acção subtil de vigilância e de protecção, que considera como mais importante o âmbito espiritual e moral, e que tem mais a natureza de um Santo Ofício, entendido no melhor sentido, do que de uma “polícia”, porque tem a consciência de que a verdadeira força da revolução está na visão do mundo e nas suas grandes ideias fundamentais e que a sua alteração ou enfraquecimento preludia também uma fatal decadência do próprio organismo político e partidário em sentido restrito. Também neste campo, é evidente que nada seria mais letal e ineficaz do que o burocratismo, nada mais essencial que uma sensibilidade subtil, uma “inteligência de raça”, um instinto capaz de desenvolver-se mesmo em zonas que se aproximam do oculto.

Se virarmos a atenção justamente para um documento como “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, será que podemos negligenciar a tarefa de formar elementos que se encontrem pelo menos ao mesmo nível dos dirigentes secretos da subversão mundial e que conheçam todos os seus

instrumentos de acção? Por aqui se vê a importância que pode ter esta ideia de elite racista-espiritual, à qual dedicamos as considerações precedentes. Nos seus desenvolvimentos ela poderá mesmo ultrapassar o âmbito unicamente nacional e daquilo que é próprio a uma organização, como o famoso *Intelligence Service*, realizando tarefas que na própria SS nacional-socialista, devido à acentuação do momento nacionalista, se encontram apenas num estado de possibilidade virtual. O que isto quer dizer é que, desse modo, se pode elevar à ideia de uma verdadeira e autêntica Ordem, no sentido antigo, medieval, de face também espiritual, empenhada em defender a tradição e em atacar o inimigo em todas as suas formas, visíveis e invisíveis, onde quer que ele se encontre e qualquer que seja o disfarce, social, político, cultural ou mesmo científico, que ele assuma. Numa palavra: a contraparte positiva daquilo que, negativamente, é a solidariedade da conspiração mundial e da frente internacional da subversão.

Naturalmente, antes de chegarmos a este ponto, devemos considerar um longo período de formação, de selecção, de organização interna e externa, política e espiritual da elite em questão. Essencial será no entanto sentir desde já esta exigência e impor, pelo menos, o princípio: superando a fase genérica, político-propagandística e popular do racismo, passando à fase construtiva, séria, diferenciadora e educativa com a criação de instituições apropriadas e com a atribuição de funções precisas àqueles que já possuem por boa fortuna a qualificação adequada para dirigir, mais do que com meras palavras ou teorias, aquilo a que se poderia verdadeiramente chamar um seminário de futuros líderes.

– Regime Fascista, 02/05/1939

“Trata-se de uma acção subtil de vigilância e de protecção, que considera como mais importante o âmbito espiritual e moral, e que tem mais a natureza de um Santo Ofício, entendido no melhor sentido, do que de uma «polícia», porque tem a consciência de que a verdadeira força da revolução está na visão do mundo e nas suas grandes ideias fundamentais.”

Doutrina

Os instrumentos da guerra oculta

Julius Evola

A guerra oculta é a guerra que as forças da subversão mundial levam a cabo nos bastidores por meios que escapam quase sempre aos métodos comuns de investigação. A noção de guerra oculta faz parte de uma visão, por assim dizer, tridimensional da história, uma história considerada, não à superfície, em duas dimensões, a dimensão das causas, dos acontecimentos e dos dirigentes visíveis, mas também em *profundidade*, segundo uma terceira dimensão, dimensão subterrânea que contém as forças e as influências decisivas muitas vezes irredutíveis ao simples elemento humano, quer seja individual ou colectivo.

Uma vez que utilizamos o adjectivo “subterrânea”, devemos esclarecer a sua importância indicando que não se trata de um substrato obscuro e irracional que estaria para a história positiva, tal como o subconsciente está para a consciência do indivíduo. Esta comparação é certamente exacta se nos colocarmos sob o ponto de vista daqueles que, segundo esta visão tridimensional dos acontecimentos, surgem, não como os *sujeitos*, mas sim como os *objectos* da história; aqueles que nos seus pensamentos e acções, não se dão conta das verdadeiras influências às quais obedecem e dos verdadeiros fins que ajudam a alcançar, tendo o seu verdadeiro centro no subconsciente e no inconsciente mais do que na consciência desperta, e, a este respeito, convém dizer que é no subconsciente que se desenrolam as manobras mais decisivas da guerra oculta. Mas, do ponto de vista dos verdadeiros *sujeitos* da história, as coisas são muito diferentes, e, a este respeito, não se pode falar nem de subconsciente nem de inconsciente, e deve-se pensar em forças extremamente inteligentes, que sabem perfeitamen-

te aquilo que querem e o que devem fazer para atingir os seus fins. Supor que este substrato da história é ocupado pelo “irracional”, pela “vida”, pelo “devir” ou por qualquer outra das entidades confusas inventadas pelo historicismo moderno quando este acreditou ter superado a chama-



Batalha contra as serpentes, de Arno Breker

da historiografia positiva, é cometer um erro extremamente perigoso, no qual pensamos mesmo ver uma das sugestões que foram disseminadas de forma oculta entre certos meios para favorecer certas manobras da guerra oculta na época moderna. Seremos mais explícitos mais à frente. Por agora basta fixar este ponto: não devemos afogar a terceira dimensão da história em considerações abstractas e filosóficas, mas considerá-la como habitada e ocupada por “inteligências” muito precisas, que, embora se expressem e ajam na maior parte dos casos através de certas sociedades e organizações secretas, não deixam de ter outras expressões e outros instrumentos.

Entre as diferentes concepções da história predominantes no Ociden-

te, talvez a católica seja a mais próxima de ideias deste género. De facto, é característico desta tradição ver na história, não um mecanismo de causas naturais, políticas, económicas ou sociais, mas sim o desenrolar de uma espécie de plano (o plano da “providência”), ao qual se opõem forças adversas e os seus emissários históricos, forças designadas, na moral, pelo termo de “forças do mal” e, no cristianismo, como “forças anticristãs” ou “do Anticristo”. Esta concepção pode assim servir de base se, do plano teológico, a transpusermos para o plano prático tornando-a o princípio geral de uma interpretação aprofundada dos acontecimentos e se, em segundo lugar, constatando que ela é susceptível de valer também a respeito das civilizações não cristãs, a generalizarmos, de modo tal que, a este respeito, e em relação às instituições humanas, se deverá falar em geral de forças da tradição e de forças da antitradição, ou, dito de outra forma, de forças da hierarquia espiritual e do cosmos e de forças da subversão revolucionária e do caos. Num caso particular, as forças antitradicionais revelar-se-ão natural-

mente também como forças anticatólicas, já que, lutando contra a tradição católica, elas pretendem lutar contra o espírito tradicional, destruir as bases de toda a hierarquia e derubar os representantes históricos.

Não podemos deixar de insistir na necessidade de se compenetrar de uma ideia como esta, que não deve ser considerada como uma simples “especulação” filosófica entre outras, mas sim como um instrumento indispensável a uma verdadeira acção. Gostaríamos de citar aqui uma passagem dos famosos “Protocolos”, para os quais queremos já chamar a atenção: “O espírito puramente animal dos cristãos não é capaz da análise e da observação e ainda menos de prever onde podem conduzir certas maneiras de apresentar as ques-

tões. É nesta diferença de aptidão para pensar, entre os cristãos e nós, que se pode ver claramente o sinal da nossa eleição e a marca da nossa humanidade. O espírito dos cristãos é instintivo, animal. Eles vêem mas não prevêem e não inventam senão coisas materiais” (Protocolo XV). É verdadeiramente alarmante constatar que este juízo sobre os gentios – que seriam, neste caso (fazendo de Israel o principal agente da subversão mundial), os não-judeus, mas que pode também corresponder, em geral, àqueles que designamos como os “objectos da história” – contém ainda hoje uma grande dose de verdade. Deve ser dito que o ponto de vista da maior parte dos “homens de acção” é infantil quando comparado com o dos seus adversários ocultos: não só concentram todas as suas forças no que é directamente tangível e não são capazes de estabelecer relações de causa e efeito para além de um perímetro extremamente limitado e de carácter quase sempre grosseiramente material, como lhes falta fundamentalmente os princípios, pois eles crêem frequentemente que o ponto de vista da acção não pode ser “dogmaticamente” subordinado aos princípios, devendo pelo contrário obedecer à “incontornável necessidade do momento”. Infelizmente, é neste nível que se situam actualmente numerosas forças contra-revolucionárias. Trata-se de uma situação comparável à de um homem que, perfeitamente equipado para a alta montanha, encontrando-se, após superar tremendas dificuldades, perante uma extensão de água, um lago ou um mar, se lança com entusiasmo acreditando que o seu equipamento o ajudará a continuar, quando na realidade só o fará afundar-se mais rapidamente.

A guerra oculta exerce-se sobre aquilo a que chamaremos, recorrendo a uma imagem emprestada das ciências positivas, os “imponderáveis”, ou quantidades imponderáveis. Ela visa frequentemente produzir mudanças quase imperceptíveis, que provocarão, lenta mas inevitavelmente, efeitos significativos. Na maior parte dos casos, não se trata de opor umas forças a outras, mas de as manobrar para obter o efeito desejado. Aquilo a que Wundt chamava a *heterogeneidade dos fins* desempenha um papel fundamental:

“O ponto de vista da maior parte dos «homens de acção» é infantil quando comparado com o dos seus adversários ocultos: não só concentram todas as suas forças no que é directamente tangível e não são capazes de estabelecer relações de causa e efeito para além de um perímetro extremamente limitado e de carácter quase sempre grosseiramente material, como lhes falta fundamentalmente os princípios, pois eles crêem frequentemente que o ponto de vista da acção não pode ser «dogmaticamente» subordinado aos princípios, devendo pelo contrário obedecer à «incontornável necessidade do momento».”

trata-se de fazer com que certas forças ou certos homens “acreditem querer e acreditem conseguir uma determinada coisa, quando na realidade, produzem ou preparam uma outra, muito diferente, denunciando assim uma influência e uma inteligência que os ultrapassa”. É por este motivo que já dissemos nestas colunas que o estudo do “diferencial” existente entre aquilo que se quer e aquilo que se produz, entre os princípios ou os programas e as suas verdadeiras consequências na história, oferece um material muito valioso a quem quiser realmente perceber as verdadeiras forças às quais a história obedece.

Mas, aqui, queremos sair das generalidades e falar sobre alguns dos meios mais frequentemente utilizados hoje em dia pelos poderes ocultos da subversão mundial para encobrir a sua acção, prevenir a dos seus adversários e continuar a exercer a sua influência. Convém alertar o leitor que as considerações que se seguem nos foram frequentemente inspiradas por observações espalhadas pelas diferentes obras de René Guénon, cuja competência em matérias desta natureza é, pensamos, quase única em toda a literatura ocidental contemporânea.

1. *A sugestão positivista.* É preciso acostumar-se à ideia de que o “positivismo” histórico não é tanto um produto espontâneo, o preconceito de uma mentalidade extremamente estreita, quanto uma *sugestão* disseminada metodicamente pelas forças antitradicionais na cultura moderna para “encobrir” a sua

acção. Aqueles que acreditam que a história é feita unicamente pelos homens e determinada exclusivamente por factores económicos, políticos e sociais, nada mais vêem para além disto. E é precisamente de um mundo que “não vê mais além” que precisa quem quiser agir secretamente. Se há uma civilização que oferece as condições ideais para uma acção na “terceira dimensão”, é aquela que é dominada pelo preconceito positivista; é precisamente o caso da civilização actual.

Mais acima assinalamos interpretações, já não positivistas, mas fundadas em noções como o “devir”, a “vida” ou mesmo o “Espírito”. Isto leva-nos a considerar a aplicação de um segundo instrumento da guerra oculta:

2. *A táctica dos sucedâneos.* Esta táctica é utilizada sempre que há um “despertar” e as energias tentam superar o plano dominado pelas ideias que permitem às forças da subversão levar a cabo impunemente as suas manobras ocultas. No caso que acabamos de indicar, de facto, estas ideias confusas de “devir”, de “vida”, de “espírito absoluto”, etc., servem de isco para impedir que aqueles que já não se satisfazem com os quadros positivistas viam o seu olhar para os sítios certos. O campo de acção, mergulhado nas trevas do agnosticismo “positivista”, é assim coberto pela bruma destas ideias.

No entanto, a “táctica dos sucedâneos” tem uma variante muito mais característica e eficaz:

3. *Táctica das substituições falaciosas.* Quando as consequências da

“Estas ideias [o racismo e o paganismo], se fossem compreendidas e representadas segundo a sua verdadeira natureza e o seu antigo conteúdo espiritual e tradicional, poderiam certamente exercer uma acção criadora e rectificadora entre certos povos nórdicos. Mas uma vez que não é assim que elas aparecem nos meios que indicamos e como estes meios têm não só falta de princípios, como também confundem e deformam profundamente o antigo estilo «ariano» e estão submetidos à tirania dos interesses imediatos e das pulsões irracionais, tudo leva a pensar que estas ideias sofreram uma deformação do tipo daquela que já evocamos.”

acção destrutiva, manifestando-se no plano material através de fenómenos muito visíveis, são de tal modo importantes que suscitam uma reacção, esta reacção procura confusamente os mitos e os símbolos susceptíveis de servir de base a um movimento de reconstrução, podendo mesmo encontrar alguns que são justos e apropriados. Trata-se frequentemente de símbolos e de pontos de referência que, no seu aspecto histórico, se reportam ao passado da tradição, cujas profundezas atávicas são evocadas por forças de um organismo que se sente ameaçado de destruição definitiva. Neste caso, a guerra oculta não é directa, ou seja, ela não se opõe directamente a estes símbolos, mas faz circular apenas as suas versões falsificadas ou caricaturais, de modo tal que a reacção é assim limitada, desviada ou até mesmo dirigida na direcção oposta, prosseguindo naturalmente as influências presentes no mal contra o qual pretende agir e na decadência contra a qual quer e sinceramente acredita combater.

Esta táctica pode ser empregue quer no domínio político quer no domínio espiritual; ela parece ter actualmente uma eficácia muito particular. Convém dar alguns exemplos.

O exemplo mais impressionante é o do “tradicionalismo”. A aspiração vaga a um regresso à tradição, ou seja, a uma ordem hierárquica e qualitativa estruturada em torno de uma espiritualidade transcendente e de uma elite de representantes qualificados e legitimados desta espirituali-

dade, degenera em “tradicionalismo”, em teses vagas marcadas pelo diletantismo ou pelo militantismo, que confundem a Tradição com o costume e a rotina, desembocando num particularismo estreito e terminando em determinadas formas tradicionais que ignoram por completo o espírito, de modo que fazem o jogo dos seus adversários e servem de engodo àqueles que, a coberto do antitradicionalismo, atacam na realidade a Tradição e preparam as novas etapas da subversão revolucionária. Deste modo, a reacção é contida e a manobra conduz com sucesso à meta fixada.

É o que pode também acontecer, em certos meios extremistas, à ideia racista, assim como à ideia nórdico-ariana e à própria ideia pagã, devido ao materialismo zoológico de certas teses por eles professadas. Trata-se de ideias que, se fossem compreendidas e representadas segundo a sua verdadeira natureza e o seu antigo conteúdo espiritual e tradicional, poderiam certamente exercer uma acção criadora e rectificadora entre certos povos nórdicos. Mas uma vez que não é assim que elas aparecem nos meios que indicamos e como estes meios têm não só falta de princípios, como também confundem e deformam profundamente o antigo estilo “ariano” e estão submetidos à tirania dos interesses imediatos e das pulsões irracionais, tudo leva a pensar que estas ideias sofreram uma deformação do tipo daquela que já evocamos. Quanto à Itália nova, tudo deve ser feito para impe-

dir que algo de análogo se produza em certas evocações da romanidade. A ideia romana do Império faz sem dúvida parte daquelas ideias que poderiam ser hoje em dia extremamente eficazes para a reconstrução: é preciso garantir que esta eficácia não seja paralisada nem por uma simples retórica passadista, nem por teorias académicas, eruditas, arqueológicas ou mesmo simplesmente jurídico-políticas, caricaturas às quais a força central e a alma do símbolo romano escapam completamente, como é óbvio.

4. *Táctica da Inversão.* As forças secretas da subversão mundial sabem perfeitamente que o fundamento da ordem que têm de destruir é o elemento sobrenatural, o espírito concebido, não como uma abstracção filosófica, mas sim como uma realidade superior, como o fim de um processo de integração transcendente da personalidade. Depois de terem limitado a influência que a tradição católica ainda poderia ter a este respeito (não podemos analisar aqui em detalhe os meios utilizados para obter este resultado), as forças subversivas esforçam-se agora por todos os meios para garantir que todas as novas aspirações contemporâneas pelo sobrenatural que se desenvolvem fora da religião dominante sejam desviadas ou paralisadas. Tudo aquilo a que poderemos chamar de *neo-espiritualismo*, em alusão às diversas seitas teosóficas, espiritistas, orientalizantes, “ocultistas”, etc., pode ser considerado como o efeito desta manobra. Mais uma vez, trata-se quase exclusivamente de deformações, de falsificações e de alterações de doutrinas tradicionais, imputáveis às pessoas menos qualificadas que, a este respeito, parecem muitas vezes estar submetidas a uma influência verdadeiramente demoníaca.

O resultado obtido é duplo. Em primeiro lugar, assim que estas caricaturas caem no descrédito, torna-se fácil desacreditar as doutrinas propriamente ditas, que se tornam assim praticamente inofensivas. Devemos assinalar que, recentemente, a manobra ganhou aspectos políticos: existem meios que, de boa-fé, só vêem a “maçonaria” (como sinónimo de revolução, de anticristianismo, de subversão internacionalista) onde quer que se fale de associações

secretas e de símbolos esotéricos, mesmo quando se referem a antigas tradições, cuja originária natureza espiritual e aristocrática deveria ser conhecida de todos.

Em segundo lugar, como resultado de teorias mal compreendidas e de práticas falsas, consegue-se canalizar todas as forças que, apanhadas no sufocante grampo do materialismo, aspiravam a algo de extranatural, levando-as não ao sobrenatural, mas sim ao infranatural, ou seja, ao subconsciente, à mediunidade, e, em geral, a um mundo que, longe de representar uma integração da personalidade, só pode favorecer o colapso e a desagregação, de modo a fazer directamente delas o instrumento de “influências” particularmente obscuras. Assim, o neo-espiritualismo permitiu afastar e minimizar o perigo constituído pela verdadeira espiritualidade.

5. Tática do ataque por ricochete. Ela consiste em suscitar, numa das forças que se pretende abater devido ao seu carácter ainda tradicional, a iniciativa de uma acção que, num primeiro momento, visa uma força semelhante e, na aparência, reforça e aumenta a primeira força, mas que, num segundo momento, se vira contra ela, destruindo-a tal como ela tinha favorecido a destruição da outra. Através de infiltrações oportunas, as forças secretas da subversão mundial incitam frequentemente os representantes de uma tradição a defendê-la descredendo uma outra: aqueles que se prestam a esta manobra não se apercebem que atacar a Tradição entre um outro povo ou civilização, por particularismo ou

por interesses contingentes e inferiores, é condenar-se a vê-la atacada na sua própria casa, mais cedo ou mais tarde, por assim dizer, por ricochete. As forças da subversão mundial dependem muito desta tática, e é por isso que elas fazem de tudo para subordinar toda a ideia superior aos interesses particularistas, ao orgulho, às ambições e às tendências proselitistas: elas sabem que este é o melhor meio para destruir toda a unidade e toda a verdadeira solidariedade e promover uma agitação que facilitará grandemente a sua tarefa.

No fundo, este caso enquadra-se no âmbito da utilização maquiavélica das forças revolucionárias. Homens de Estado sem grande discernimento acharam que o melhor meio de sustentar e de defender os verdadeiros interesses da sua nação era favorecer ou ajudar à revolução nas nações que lhes eram hostis. Sem se darem conta, alcançaram um resultado diametralmente oposto: enquanto pensavam servir-se da revolução, tornaram-se eles próprios o instrumento da revolução, que os apanharia após ter derrubado os seus adversários. Pode-se dizer que toda a história da época moderna, sobretudo desde a revolução francesa, se resume a esta subversão trágica. A este respeito, nunca será demais insistir sobre o facto de que apenas uma fidelidade absoluta, ascética, inquebrantável a uma ideia pode servir de protecção contra as forças da guerra oculta; quando se abandona este nível de exigência e se obedece a factores contingentes, é o fim da frente da resistência e, com ela, de toda a

possibilidade de verdadeira autonomia.

Não deixaremos de assinalar a última manifestação de semelhante manobra: o “princípio das nacionalidades”, o princípio da “autodeterminação dos povos” e do imperialismo, proclamados pelos Aliados para mobilizar todas as forças contra os Impérios da Europa Central e de seguida derrubá-los, constituem precisamente uma das ideologias mais susceptíveis de favorecer uma revolta geral das nações ditas “de cor” contra as grandes potências europeias e de privá-las da sua supremacia.

6. Tática do bode expiatório. Quando as forças ocultas da subversão mundial sentem que correm o risco de serem parcialmente desmascaradas, elas organizam-se de modo que toda a atenção dos seus adversários se vire e se concentre sobre certos elementos que não podem ser considerados senão parcialmente ou acessoriamente responsáveis pelas suas malféitorias. A reacção vira-se assim por completo para estes elementos, que se tornam bodes expiatórios, e as forças ocultas ficam livres para prosseguir o seu jogo, já que os seus adversários, crendo ter já determinado o inimigo, não consideram necessário procurar outro. Temos repetidamente instado certos anti-semitas extremistas a estarem muito atentos para que, à conta de verem o Judeu por todo o lado, não sejam apanhados numa armadilha deste género. Podemos igualmente dirigir esta advertência àqueles que vêm a maçonaria ou o protestantismo por todo o lado, e assim por diante, já que algo de análogo se passa nos mais variados domínios.

Devemos precaver-nos contra a unilateralidade e jamais esquecer o plano de conjunto das forças ocultas que devemos combater.

“Tudo aquilo a que poderemos chamar de neo-espiritualismo, em alusão às diversas seitas teosóficas, espiritistas, orientalistas, «ocultistas», etc., pode ser considerado como o efeito desta manobra. Mais uma vez, trata-se quase exclusivamente de deformações, de falsificações e de alterações de doutrinas tradicionais, impu-táveis às pessoas menos qualificadas que, a este respeito, parecem muitas vezes estar submetidas a uma influência verdadeiramente demoníaca.”



Emblema da Sociedade Teosófica

“Temos repetidamente instado certos anti-semitas extremistas a estarem muito atentos para que, à conta de verem o Judeu por todo o lado, não sejam apanhados numa armadilha deste género. Podemos igualmente dirigir esta advertência àqueles que vêm a maçonaria ou o protestantismo por todo o lado.”

7. *Táctica das manobras dilatórias.* Trata-se de um caso particular da “táctica das substituições”. Para a compreender, devemos partir da ideia de que o processo que nos trouxe à actual crise geral tem origens remotas, que teve várias fases e que em cada uma dessas fases (que correspondem a formas específicas de civilização, Estado, ética, e assim por diante – Cf. *Revolta Contra o Mundo Moderno*), a crise estava já presente, mesmo que de forma menos aguda, mais difusa, mais potencial que actual. A teoria do “progresso”, ou evolucionismo, pode ser considerada como uma outra das sugestões que as forças subversivas ocultas propagaram no ambiente a fim de desviar a atenção e de levar sempre mais longe o processo de decadência, sob o impulso de falsas miragens, e principalmente daquelas decorrentes das conquistas da civilização técnico-mecânica. Mas os trágicos acontecimentos de que ainda há pouco tivemos a dura experiência fizeram com que esta hipnose não pudesse manter a sua eficácia e numerosos espíritos reconheceram que o suposto rumo do progresso era um rumo em direcção ao abismo e que era preciso recuar. A frente oculta utilizou então todos os meios para prevenir qualquer radicalização. Um dos seus métodos favoritos consiste em espalhar preconceitos contra o “anacronismo”, contra aquilo que “já não está adaptado aos tempos”, para de seguida dirigir as forças que se interessam de novo pelas origens em direcção a uma ou outra destas fases anteriores nas quais a crise e o mal eram menos agudos, e, por isso mesmo, menos visíveis. Esta armadilha também funcionou perfeitamente. Os dirigentes da subversão mundial sabem muito bem que, neste ponto, todo o perigo é eliminado, pois basta retomar, a curto prazo, o mesmo caminho e, chegados ao fim,

deixar que também se dissolvam estas forças que tinham despertado e que pretendiam reagir e recuar.

Poderíamos dar muitos exemplos da aplicação desta táctica quer na história antiga quer recente. São sobretudo os chefes políticos dos movimentos anti-subversivos actuais que não a devem perder de vista. A este respeito, digamo-lo com toda a franqueza – já que, neste domínio, a falta de franqueza é sem dúvida nenhuma um erro –, é necessário questionar certos aspectos do nacionalismo contemporâneo. Sabe-se de facto que, no passado, na civilização que sucedeu à civilização ecuménico-imperial e feudal, a ideia de nação tinha um carácter antitradicional, anti-hierárquico e revolucionário. Mas actualmente utiliza-se principalmente a nação para combater as formas extremas da crise e da subversão, representadas pelas diferentes internacionais vermelhas. Parece pois necessário elaborar uma concepção de nação que seja diferente daquela que fez dela uma das etapas que conduziram precisamente ao que hoje temos de combater. Já há muito tempo que demos nestas colunas os pontos de referência necessários para afrontar e resolver esta questão, e distinguir dois nacionalismos. Remetemos por isso o leitor para esse ensaio.¹

8. *Táctica da substituição do princípio pela pessoa.* É inegável que, em muitos aspectos, o declínio das instituições tradicionais fica a dever-se à decadência dos seus chefes e representantes. Mas esta não é a única causa: para se chegar a uma verdadeira dissolução e a uma autêntica involução, é necessário que a esta decadência se junte a táctica da substituição do princípio pela pessoa, novo instrumento da guerra oculta: quando o representante de um determinado princípio se mostra indigno, faz-se o processo do princípio em si mesmo atacando este representante, estendendo-se a crítica da pessoa ao princípio; em vez de se concluir que este representante não esteve à altura do princípio e que é necessário substituí-lo por uma outra pessoa, que possa realmente representá-lo, conclui-se pelo contrário que o princípio é falso ou deletério e que é necessário substituí-lo por outro.

Quantas vezes um ataque contra este ou aquele aristocrata degenerado, presunçoso ou vicioso, não se transformou num ataque contra o próprio princípio aristocrático e um instrumento da demagogia? A acção subversiva e herética de Lutero, que tomou por pretexto a corrupção dos representantes da Igreja romana, tem outro sentido? Mais uma vez, a história é rica em episódios deste género, que correspondem a outros tantos momentos da subversão mundial. Relembremos que a antiga ordem hierárquica era constituída por uma autoridade espiritual, a aristocracia guerreira, uma casta burguesa e a massa laboriosa. O desmoronamento desta ordem tradicional fica a dever-se, em grande medida, à táctica que acabamos de indicar. A aristocracia guerreira insurgiu-se

“No passado (...) a ideia de nação tinha um carácter antitradicional, anti-hierárquico e revolucionário. Mas actualmente utiliza-se principalmente a nação para combater as formas extremas da crise e da subversão, representadas pelas diferentes internacionais vermelhas. Parece pois necessário elaborar uma concepção de nação que seja diferente daquela que fez dela uma das etapas que conduziram precisamente ao que hoje temos de combater.”

contra os representantes caducos da autoridade espiritual, não para os substituir por representantes mais dignos deste princípio, mas para se emancipar e reivindicar a autoridade suprema. Numa fase posterior, ou seja, na civilização que se lhe seguiu, a terceira casta revolta-se contra a aristocracia guerreira degenerada, não para a obrigar a ceder o lugar a verdadeiros aristocratas, mas sim para tomar o poder. Numa terceira fase, a crítica ao capitalismo e à burguesia, ou seja, ao terceiro estado, nos seus aspectos destrutivos e negativos, não visa reformá-los; o proletariado (bolchevismo, comunismo) limita-se a tomá-los como pretexto para se revoltar e usurpar o poder – que foi baixando de nível em nível.

O facto de, por razões de espaço, termos indicado apenas alguns exemplos e nos tenhamos ocupado sobretudo da exposição dos princípios, não deverá impedir o leitor de ver o vasto campo de aplicação que estes princípios podem ter e os resultados preciosos aos quais poderá chegar quem, devidamente qualificado, se dedicar a aplicá-los metodicamente a qualquer domínio que seja; já que se pode afirmar com toda a certeza que a guerra oculta das forças da subversão estende-se mais ou menos a todos os domínios, e são mesmo os domínios que à partida parecem menos relacionados com este tipo de acontecimentos que é preciso considerar com a maior desconfiança.

Repetimos mais uma vez que não se trata aqui de “posições filosóficas”, mas de coisas muito reais, e que não há dirigente ou combatente da frente da contra-subversão e da tradição que possa considerar-se pronto e à altura dos seus verdadeiros deveres antes de ter desenvolvido em si a faculdade de ver claro neste mundo subterrâneo de causas e de determinar rapidamente a acção deste ou daquele dos instrumentos invisíveis que o nosso inimigo não cessa de utilizar em todas as épocas que preludiam, como a nossa, a decisão final e a luta final de todo um ciclo de civilização

1. Trata-se de uma referência ao ensaio “As duas faces do nacionalismo”, publicado em Março de 1931.

Doutrina

Espiritualidade da Montanha

Julius Evola

Falar sobre a espiritualidade da montanha hoje em dia não é tarefa fácil, sobretudo pelo facto de que agora, muito frequentemente ela assume as características de “lugar-comum”. Em pouquíssimas épocas, como na actual, tem-se falado tanto em “espírito” e se tem a propensão a introduzir o “espírito” em todas as partes, como se se tratasse de uma espécie de molho destinado a condimentar complacentemente todo o tipo de ingredientes. Esta generalização, por outro lado representa um contraste singular, que é a constatação de que na era contemporânea vivemos quase completamente privados de pontos de vista e princípios genuinamente transcendentais.

Não devemos considerar a maior parte das referências modernas à espiritualidade como fenómenos positivos, mas sim como confusas aspirações que só poderão ter valor se receberem um desenvolvimento ulterior numa verdadeira orientação, no sentido de uma firme autoconsciência, como resultado do contacto com uma realidade mais elevada. Aqui apresentarei algumas considerações a respeito do que concerne especificamente à montanha e ao alpinismo, de acordo com as possibilidades de espiritualidade verdadeira que possuem.

Antes de tudo, este potencial é real e nada tem a ver com as modas da nossa época ou com o entusiasmo passageiro das jovens gerações; sabemos disto porque a espiritualidade da montanha é tradicional no mais alto, estrito e universal sentido da palavra. Reunimos provas específicas a fim de demonstrar que desde os tempos mais remotos, em prática-

mente todas as civilizações, a montanha foi uniformemente reputada como o símbolo de estados interiores e transcendentais de existência e como morada alegórica das naturezas divinas, dos heróis e de seres transfigurados que ultrapassaram a mera condição humana. De acordo com diversos mitos, escalar as montanhas ou ser arrebatado aos cumes simboliza um processo transcendente misterioso, uma integração espiritual e a participação numa imortalidade Olímpica. Para aqueles que não compartilham a opinião falsificadora do materialista e racionalista século XIX, segundo a qual os mitos antigos não poderiam ser outra coisa senão poesia e arbitrária fantasmagoria, tudo isto assume o valor de um testemunho preciso, cujo sentido mais oculto tem de ser investigado. Todos estes mitos antigos – nos quais o tema da sacralidade da montanha é recorrente – devem ser considerados como pistas de uma realidade espiritual, cuja ligação com o simbolismo da montanha não pode ser acidental. Os antigos não escolheram casualmente a montanha como meio de expressão simbólica de significados claramente transcendentais. Pelo contrário, foram induzidos a adoptar a montanha como símbolo por analogia, ou melhor, pelo presságio que a expe-





A juventude alemã fez da natureza e da montanha o seu refúgio

riência da montanha causava nos cantos mais profundos do seu ser, desde que adequadamente cultivada.

Para analisar mais profundamente o que a montanha simboliza, primeiro é necessário rejeitar todas as interpretações contemporâneas da espiritualidade da montanha e da escalada. Por outras palavras, é necessário limitar o seu âmbito de modo a subordinar os vários pontos de vista condicionados a um único ponto de vista absoluto.

A primeira das aceções correntes é a visão puramente lírica da montanha. Trata-se do mundo da retórica literária e da poesia da pior espécie, que consiste no sentimentalismo burguês e no idealismo convencional e estereotipado. Sob esta perspectiva, a montanha é vista à distância como parte da paisagem e é representada como “pitoresca”. Os poetas descrevem a montanha em termos brilhantes e animadores que carecem de conteúdo sério e que não exprimem uma experiência sincera e directa. O homem da montanha e o verdadeiro alpinista não compartilham desta retórica. Esta retórica, confinada ao mundo estético dos livros, felizmente já deixou de estar na moda, já que é actualmente vista como um resíduo do romantismo do século XIX e como a compensação de uma geração burguesa que apenas ansiou pelos cumes gelados através do fácil entusiasmo verbal e

pelos lugares comuns do lirismo verbal.

Em segundo lugar, temos a espiritualidade da montanha tomada em termos de naturalismo. Trata-se da concepção própria de uma geração caracterizada por um espírito oposto ao que acabei de descrever e que se pode chamar “a geração da crise”, que, em larga medida, é um produto alemão. Por uma espécie de obscura necessidade de compensação orgânica, biológica e até psíquica, e por um instinto de revolta contra uma civilização que se tinha tornado sinónimo de árido intelectualismo, de mecanicismo, de utilitarismo e de conformismo, produz-se uma espécie de êxodo em direcção à natureza e surge uma necessidade absoluta da montanha como anticidade e anticultura. Assim, o que surgiu foi um novo misticismo primitivista em relação à natureza e aos desportos praticados na natureza. Este novo primitivismo recupera boa parte das ideias de Jean-Jacques Rousseau e o mesmo processo contra a civilização que foi promovido por pessoas como Nordau, Freud, Lessing, Bergmann e Klages.

A respeito deste fenómeno, é importante que não haja mal-entendidos. Obviamente, não há nada de errado com a ideia de que as pessoas precisam de descansar, relaxar e recuperar energias através do contacto com a natureza e com a montanha. Antes pelo contrário, isto

é desejável e os desportos de montanha assumem um papel de renovação social de valor indiscutível. Não se deve, no entanto, confundir realidades tão distintas e concluir que sensações mais ou menos físicas de bem-estar, de alívio orgânico e de restauração das forças, tenham algo a ver com a espiritualidade; nem devemos acreditar que um homem imerso num clima de prática primitivista e naturalista se encontre mais próximo da parte essencial do seu próprio ser do que quando está envolvido nas disciplinas e nas lutas da vida civilizada. O escapismo, a reacção que o acompanha e esta exaltação da natureza, na maior parte dos casos bastam – pelas suas características negativas – para limitarem o alcance do naturalismo. O plano no qual a personalidade espiritual poderá realizar ou fortalecer o seu próprio sentido está para além quer da civilização (no sentido limitado, materialista, social e intelectual que o termo tem assumido recentemente) quer da anticivilização, que é a “natureza” entendida como mera antítese da sociedade civilizada. Este é o plano a que me refiro, não o das condições e dos melhores meios para reparar ou preservar corpos e cérebros que foram negativamente afectados pelos venenos materiais e psíquicos da vida moderna.

Em terceiro lugar, é necessário superar a atitude que considera a espiritualidade da montanha e da escalada em termos de simples sensação física de heroísmo; esta é a atitude da elite que pratica a escalada séria e activamente. A montanha é espírito em tudo o que ela implica: disciplina dos nervos e do corpo, coragem e clareza mental, desejo de conquista e o impulso de abraçar a acção pura num ambiente de forças puras. Tudo o que contém um alto valor educativo merece uma consideração ulterior. Esta consideração remete novamente para as finalidades. Tal como o naturalismo tem a sua razão de ser num certo plano, também o alpinismo tem as suas próprias razões de ser como uma escola para as qualidades indicadas. É indubitavelmente desejável que as jovens gerações se tornem capazes daquele espírito de valor e daquelas qualidades psico-físicas que a prática activa do alpinismo lhes pode propiciar em larga medida. Mas será este

“O homem moderno adopta uma atitude completamente errada perante os próprios sentimentos. A sensação é para ele algo que começa e acaba em si mesma e em relação à qual ele é um elemento passivo. Ele é demasiado débil para dissociar de uma sensação ou emoção o elemento puramente irracional, ou aquilo que nesta sensação é meramente uma impressão ou um turbilhão interior. Ele é incapaz de retirar dela, com uma acção interior, algo que poderá ser usado activa e directamente pelo espírito como conhecimento superior.”

o nível mais alto a que podem aspirar?

Quando examinamos o aspecto interior desta questão, isto é, deixando fora de consideração qualidades das jovens gerações que podem e devem ser apreciadas (tais como a saúde, a energia e a autodisciplina), não podemos deixar de notar a presença entre os nossos jovens, de amor ao risco e mesmo de heroísmo. Frequentemente o valor destas qualidades resume-se a uma mera sensação e o seu resultado final é a exasperante visão da personalidade e da virilidade como puramente física, dura e fechada. Esta visão moderna está já anormalmente desenvolvida e certamente não constitui a melhor condição para alcançar uma verdadeira, livre e transcendente espiritualidade. Deve-se reconhecer que o alpinismo, quando vivido apenas com este espírito, não pode distinguir-se em demasia da busca da emoção pela emoção, que provoca, especialmente na América, todo o tipo de extravagantes e desesperados feitos e arriscadas actividades acrobáticas, tais como saltar em queda livre de um avião para outro, proezas que desafiam a morte, desportos radicais, etc., pelo que ao fim e ao cabo, não significam nada de muito diferente de outros tipos de excitação ou das drogas, cujo uso denota em todo o caso mais a ausência do que a presença de um verdadeiro sentido da personalidade, e também mais a necessidade de estar atordoado do que de se possuir a si próprio. Mesmo a componente técnica da escalada pode facilmente degenerar; não é raro encontrar alpinistas que são levados automatica-

mente pelo hábito a estudar possíveis vias de ascensão, até mesmo em arranha-céus.

De qualquer modo, é certo que se existe um elemento que está aberto à compreensão de uma realização superior na experiência da montanha, ele é precisamente o elemento emocional ou sensorial; e no entanto é essencial ver nisso apenas um ponto de partida, a matéria-prima, e considerar a experiência sensorial apenas como um meio e não um fim em si mesmo.

O homem moderno adopta uma atitude completamente errada perante os próprios sentimentos. A sensação é para ele algo que começa e acaba em si mesma e em relação à qual ele é um elemento passivo. Ele é demasiado débil para dissociar de uma sensação ou emoção o elemento puramente irracional, ou aquilo que nesta sensação é meramente uma impressão ou um turbilhão interior. Ele é incapaz de retirar dela, com uma acção interior, algo que poderá ser usado activa e directamente pelo espírito como conheci-

mento superior.

Este é também o caso da experiência da montanha. Aqueles que são irresistivelmente atraídos pelas montanhas frequentemente apenas experimentam como emoção uma grandeza que está para além da sua compreensão. Eles não aprenderam a dominar um novo estado interior emergente das profundezas do seu ser. Deste modo, não sabem porque buscam horizontes cada vez mais vastos; céus mais livres, cumes mais duros; ou porque, de cume em cume, de escharpa em escharpa, e de perigo em perigo, através das suas experiências se tornaram inexplicavelmente desencantados com tudo aquilo que, nas suas vidas comuns, lhes parecia mais vivo, importante e apaixonante. O que os atrai e faz mover é a poderosa mensagem interior que é directamente evidente em tudo nas montanhas. A montanha pode ser destrutiva e é espantosa na sua grandeza, na sua solidão, na sua inacessibilidade, no seu silêncio, a natureza primordial das suas tempestades, na sua imutabilidade através da sucessão das estações e da constante formação e dissolução de nuvens, o alternar das brumas e dos límpidos céus solares – todas estas coisas devem ser vistas como insinuações da imortalidade.

Assim, a montanha pode actuar como um símbolo e como tal pode levar a uma realização interior correspondente. Frequentemente, o homem detém-se no nível emocional, o qual apresenta sempre mais a característica de uma euforia do que de um sentimento de conquista e conhecimento especial. A irracionalidade das impressões, das visões, dos impulsos inexplicáveis e dos actos heróicos gratuitos impelem o

“Este nível de desempenho deve ser acompanhado por uma verdadeira compreensão, pela superação do elemento instintivo e irracional, e por uma plena e firme auto-consciência, ou seja, pela transformação da experiência da montanha num modo de ser. (...) Esta é a força daqueles para os quais já não há o sair para a montanha ou regressar dela, porque a montanha está no seu espírito, porque o símbolo se tornou realidade e porque toda a impureza foi largada.”

homem para a frente através dos caminhos ascendentes; assim, ele começa eventualmente a agir a partir de uma motivação interior. É no contexto do subconsciente que ele se acha introduzido a uma realidade mais vasta através da qual se transfigura num estado de calma, auto-suficiência, simplicidade, pureza. Além disso, recebe um influxo quase sobrenatural de energias que não podem ser explicadas através do determinismo da fisiologia. Sente também uma vontade indomável de seguir em frente, de se empenhar ainda mais, de alcançar novas altitudes, de desafiar novos cumes, novos abismos, novas escarpas. É precisamente neste impulso que se traduz a inadequação da acção material em relação ao seu significado (a transcendência do impulso espiritual em relação às condições externas), aos feitos, às visões e às acções valorosas que propiciaram o seu despertar e que ainda constituem o material necessário para a concreta expressão daquele mesmo impulso.

Não parece leviano concluir que esta determinação tem sido o segredo por detrás de todos os grandes feitos de montanha, dos que parecem ter ultrapassado os limites das comuns possibilidades humanas. E ainda assim este nível de desempenho deve ser acompanhado por uma verdadeira compreensão, pela superação do elemento instintivo e irracional, e por uma plena e firme autoconsciência, ou seja, pela transformação da experiência da montanha num modo de ser. Então o que surgiria nos melhores é o sentimento de que toda a excursão à montanha, toda a ascensão, toda a conquista, e todo o feito ousado são apenas meios através dos quais ele expressa uma realidade imaterial que ele poderia também exprimir através de outros meios. Esta é a força daqueles de quem se pode dizer que nunca regressam dos cumes para as planícies. Esta é a força daqueles para os quais já não há o sair para a montanha ou regressar dela, porque a mon-



Representação do Monte Meru

tanha está no seu espírito, porque o símbolo se tornou realidade e porque toda a impureza foi largada. Para eles a montanha não é uma nova aventura ou uma evasão romântica ou uma sensação contingente, nem o heroísmo pelo heroísmo, nem um desporto carregado de novos desafios técnicos. Pelo contrário, a montanha está ligada a algo que não tem princípio nem fim e isto, tendo-se tornado uma conquista espiritual inalienável, torna-se parte da própria natureza, algo que se leva consigo para onde quer que se vá e que dá um novo sentido a toda a acção, a toda a experiência e a toda a luta da vida quotidiana.

Deste modo, para além do símbolo natural da montanha, que é directamente apreendido pelos sentidos, poderemos aceder ao seu simbolismo doutrinal e tradicional, nomeadamente, o conteúdo mais profundo de todos os mitos antigos já aqui mencionados, nos quais a montanha aparece como a morada de naturezas divinas (o Olimpo helénico, o Valhalla, o budista "monte dos heróis"), de substâncias imortalizadoras (o hao-

ma e o soma da tradição indo-iraniana), de forças de uma realeza solar e sobrenatural (o monte solar das tradições da Roma Imperial helenizada e a montanha como berço da glória Mazdeana), de um centro espiritual (o Monte Meru e outras montanhas simbólicas concebidas como pólos), etc. De facto, em tudo isto podemos ver as várias representações, personificações e projecções de estados transcendentais de consciência, de despertares e iluminações interiores. Estas projecções tornam-se reais quando já não representam algo vago, místico ou fantástico, mas quando pelo contrário são percebidas de acordo com a evidência e normalidade de uma ordem superior que faz parecer anormal tudo o que antes parecia familiar e habitual.

É possível que os antigos, que desconheciam o alpinismo ou apenas conheciam algumas técnicas rudimentares (e por conseguinte

conceberam a montanha como uma entidade inacessível e inviolável), tenham sido consequentemente induzidos a experimentá-la como símbolo e como espiritualidade transcendente. Considerando que hoje a montanha foi fisicamente conquistada e que poucos são os cumes que ainda não foram alcançados pelo homem, é importante proteger a conquista da profanação e da perda do seu mais alto significado. Assim, é essencial que as jovens gerações aprendam gradualmente a apreciar e elevar a acção ao nível do rito, e que paulatinamente consigam encontrar de novo um ponto de referência transcendente, através do qual os feitos de audácia, risco e conquista, bem como as disciplinas do corpo, os sentidos e a vontade que é exercida na imutável e simbólica grandeza dos cumes das montanhas, guie os homens até à compreensão de que tudo no homem está para além dele mesmo. Deste modo estas realizações serão justificadas no contexto do movimento espiritual revolucionário que emerge actualmente entre a nossa gente.

Opinião

Proibir o pensar...

Humberto Nuno Oliveira

Desde o passado dia 8 de Março que Pedro Varela está de novo livre, fisicamente claro, pois durante os quinze meses de cativoiro jamais a sua LIBERDADE foi minimamente atingida. Para aqueles de carácter inquebrantável, como o Pedro, nem mesmo com recurso a ignóbeis pressões se logra quebrar a liberdade de ideias e um espírito forte, moldado ao longo de uma vida de opções que sempre acarretaram adversidades. Uma verdadeira vida de um guerreiro, generoso, empenhado e idealista.

Embora eventualmente não o percebamos os seus meses de cativoiro foram, antes de tudo de luta pela liberdade de todos nós, talvez mesmo de tantos que o condenam, pelo direito ao livre pensamento e à dissidência. Como escreveu Pedro Varela numa das suas *Cartas da Prisão*: "Neste caminho para a censura do pensamento inclusive nas universidades, que deveriam ser oásis de livre investigação, pratica-se uma censura que compete com a dos tempos soviéticos. (...) Por ter reconhecido tudo isto e promover autores e livros que o denunciavam é que me encontro na prisão, não por qualquer crime. Nós os que denunciávamos os seus métodos e os seus planos devemos acabar na prisão". Mais clareza parece impossível.

Parece de facto que ninguém na Europa, pois a tendência de um pensamento único e, supostamente, correcto é cada vez mais de âmbito continental senão mesmo mundial, quer assumir que tal conduz à criação de novos grandes inquisidores e que o *Index*, extinto pelo Papa Paulo VI, foi recriado com novos objectivos – mas sempre com os mesmos métodos de elencar livros proibidos – que como nos tempos de antanho há textos malditos, incómodos, que as mentes sensíveis (ou quaisquer outras) não podem nem devem ler. A democracia torna-se numa farsa, num mero simulacro formal e as novas formas de ditadura emergem cada vez mais evidentes mas igualmente dissimuladas sob capas de "modernidade", "urbanidade" ou de outros neologismos em voga e orientadores deste



Pedro Varela à saída da prisão

lamentável mundo novo.

Coarctados pelas imposições modernas, desta sociedade decadente e cada vez mais promotora de aberrações, abdicamos progressivamente e claudicamos na defesa de valores fundamentais. Os ditames impostos socialmente agredem e chocam muita gente mas a impotência ante a enorme máquina trituradora de lavagem cerebral vai produzindo os seus nefastos efeitos.

O processo de Pedro Varela demonstra claramente que neste "admirável" mundo novo se espera que cada um seja um censor do politicamente correcto (chegará mesmo, estou certo, o momento em que a escola logrará colocar as crianças em choque com os valores das famílias, senão o faz já...), em particular os editores e livreiros que seguindo a manada entendam que há coisas que não se podem e não se devem publicar. Que todos cordatamente sigamos um mesmo – e só esse – trilho, subvertendo, assim, a sua função primeira de dar a conhecer textos e autores, a libertar pela palavra, a desenvolver o pensamento e a reflexão. Encontramo-nos, pois, ante gente perversa, arvorada em democrática, mas que segue os ditames dos piores ditadores, talvez mesmo suplantando-os, pois nestes impera a hipocrisia. Estranha liberdade esta...

**Camaradagem
Comunidade
Hierarquia
Império
Milícia
Honra
Ordem
Justiça
Coragem
Liberdade
Sacrifício
Fidelidade
Serviço**

Eis a Legião!

